

A produção social da existência: base dos processos de ensinar e aprender¹

Gaudêncio Frigotto

Resumo:

O autor analisa a nova agenda política e social brasileira, fazendo denúncias e anúncios. Denúncia da forma social, cultural e educativa que tem sua centralidade nas coisas, nas mercadorias, no capital, no mercado. Disso resultam relações humanas calcadas na ética individualista centrada na competição e na construção de seres humanos alienados, definidos como consumidores apenas. Mas é, também, anúncio de um horizonte alternativo de formas sociais, culturais e educativas a construir, centradas no ser humano como sujeito da história, na concretização de suas múltiplas necessidades e direitos e na sua permanente emancipação. Trata-se de construir uma ética calcada nos valores de solidariedade, generosidade, tolerância, igualdade e inclusão. Uma ética de "cuidado" com a vida humana, com a natureza e com processos educativos construtores de sujeitos autônomos.

Palavras-chave: educação; ética; autonomia; produção social da existência.

Abstract:

The social production of existence: foundations of teaching and learning processes

The author analyses the new social and political agenda in Brazil, doing denunciations and announcements. He denounces the social, cultural and educational system whose foundations are the things, the merchandises, the capital, and the market. As a result of such logic, human relations are based upon an individualistic ethics centered in competition and in the construction of alienated human beings, defined exclusively as consumers. Nevertheless, he announces an alternative horizon of social, cultural and educational forms to be constructed, centered in the human being as the subject of history, in the fulfillment of his multiple necessities and rights, and in his permanent emancipation. What it's all about is the construction of an ethics grounded on values such as solidarity, generosity, tolerance, equality and inclusion; an ethics of the care for human life and nature, as well as for educational processes capable of building up autonomous beings.

Key-words: education; ethics; autonomy; social production of existence.

¹Texto apresentado no III Encontro sobre Poder Escolar, em 09/05/03, realizado em Pelotas/RS. As idéias centrais deste pequeno texto sintetizam análises do autor, algumas já publicadas e outras inéditas. O objetivo básico é reiterar que o conjunto de relações sociais mediante as quais os seres humanos produzem sua existência material – elas mesmas constitutivas de processo de conhecimento e em princípio educativo ou produtoras de estranhamento e alienação – demarcam e condicionam fundamentalmente como os diferentes grupos e classes sociais, e neles os indivíduos, desenvolvem as demais esferas de suas vidas e os processos de aprendizagem.

Ao iniciar este pequeno texto, cuja intenção é de ser um roteiro para o debate, o faço tendo dois recortes de momentos marcantes protagonizados pelo recém-eleito, e hoje já empossado, presidente Luiz Inácio da Silva: o primeiro pronunciamento à imprensa no dia 28 de outubro de 2002 e a visita que fez, em 22 de novembro, à sua terra natal. No primeiro, o presidente inverteu a agenda, dizendo que o mercado devia compreender que as pessoas necessitam comer três vezes ao dia e, no segundo, mostrou por sua vivência da infância porque os que “têm fome têm pressa”

A nova agenda político-social do Brasil assinalada está no centro do tema que aqui abordamos, já que esta agenda tem como prioridade a busca de superação de duas formas de fome, marcas da histórica exclusão social do Brasil: a fome biológica, que mutila milhões de crianças, jovens e adultos, e a fome do direito ao conhecimento e à escolarização. Os mutilados pela fome são os mesmos mutilados no seu direito de conhecimento, da casa própria, da saúde, do lazer, da cultura, de trabalho digno. Trata-se da evidência de uma sociedade que não tem compromisso, como nos ensina Leonardo Boff (2000), com o "cuidar da vida, do ser humano".

A nova agenda é, ao mesmo tempo, de denúncia e anúncio. Denúncia da forma social, cultural e educativa que tem sua centralidade nas coisas, nas mercadorias, no capital, no mercado. Disso resultam relações humanas calcadas na ética individualista centrada na competição e na construção de seres humanos alienados definidos como consumidores apenas. Mas é, também, anúncio de um horizonte alternativo de formas sociais, culturais e educativas a construir, centradas no ser humano como sujeito da história, na concretização de suas múltiplas necessidades e direitos e na sua permanente emancipação. Trata-se de construir uma ética calcada nos valores de solidariedade, generosidade, tolerância, igualdade e inclusão. Uma ética de "cuidado" com a vida humana e com natureza e processos educativos construtores de sujeitos autônomos.

1 - Modo de produção social da existência e educação

Os processos de ensinar e aprender não estão desvinculados das bases materiais econômicas, sociais, culturais ou do modo de produção social da existência de cada indivíduo e, especialmente, de cada grupo social. No senso comum e na maior parte da literatura, o modo de produção é entendido como a atividade de transformação material ligada ao trabalho que produz mercadorias enquanto **valor de troca**. A primeira mistificação socialmente produzida é a de naturalizar-se esta concepção e mascarar o fato de que as mercadorias produzidas com a finalidade primeira de valor de troca condensam trabalho explorado e cujo fim primeiro é serem vendidas

no mercado para gerarem lucro. Não é, portanto, primeira e fundamentalmente, uma produção para satisfazer a necessidades humanas. Estas serão satisfeitas na medida em que haja capacidade de compra. Isso nos permite entender um contra-senso escandaloso neste final de século. Dados da FAO indicam que há, no mundo, 6 bilhões de seres humanos e que a capacidade produtiva e o estoque de alimentos pode hoje alimentar 12 bilhões de pessoas ao nível da dieta alimentar do primeiro mundo.

Os dois bilhões de seres humanos que vivem subnutridos não é por falta de produção, portanto. Igualmente os 44 milhões de brasileiros que vivem subnutridos e num nível abaixo da linha da pobreza assim se encontram não por falta de produção - somos a 9ª economia do mundo em produção - mas porque com os dois reais dia que podem gastar não conseguem comprar as mercadorias necessárias.

A crença de que o que vale é o que gera lucro é tão forte e impregnada no **ethos cultural** capitalista, que a maioria das pessoas consideram que somente é trabalho quando este produz mercadorias ou serviços que em troca têm uma remuneração financeira. É comum as pessoas que não têm uma atividade remunerada considerarem que não trabalham, mesmo que se ocupem 12 a 16 horas nas atividades domésticas. Esta é uma forma reducionista, mistificadora e economicista de compreender o modo de produção.

Sem dúvida, o modo de produção social da existência compreende necessária e primeiramente a produção material, mas envolve, também, idéias, valores, ideologias e instituições que sedimentam os diferentes modos sociais de produção. Sua função é de produção e reprodução das relações e sentidos sociais. Por isso, em todos os tempos da história humana, os diferentes modos de produção (tribal, antigo, medieval, capitalista, socialista), sempre envolvem a tríade de uma base material (econômico-social), dimensões supra-estruturais vinculadas a valores, ideologias, idéias, teorias e instituições que consolidam, produzem e reproduzem as relações sociais dominantes.

A precedência da produção material, como reiteradamente lembraram Marx e Engels, não deriva de uma superioridade da atividade material, mas de um constrangimento pelo fato de que os seres humanos, enquanto seres da natureza, não podem prescindir da produção de bens materiais para dar conta às suas necessidades biológicas. Sob esta ótica, o trabalho humano vem sob o imperativo da necessidade e não da liberdade. A luta dos seres humanos é de abreviar este tempo de trabalho constrangido pela necessidade para liberar efetivamente tempo livre, esfera onde as capacidades humanas podem efetivamente se desenvolver. Como veremos adiante, o tempo livre não pode ser confundido com tempo de folga, férias e

descanso e muito menos por tempo de desemprego e subemprego.

Não cabe aqui uma análise dos diferentes modos históricos de produção, mas apenas lembrar que, ao examinarmos suas especificidades, perceberemos, inequivocadamente, de que cada modo histórico de produção afirma-se sob determinadas relações materiais de produção e afirma determinados valores, teorias, símbolos e instituições. Assim é que, na sociedade antiga e medieval, a visão da realidade era explicada e ordenada por valores, crenças e teorias centradas numa perspectiva metafísica e teocêntrica. A explicação das relações e formas de propriedade e de produção e da vida humana no seu conjunto era prerrogativa de forças supra-históricas. Neste contexto, a instituição detentora da verdade e ordenadora dos valores e do poder era a Igreja. É neste contexto, também, que se justifica o Estado absolutista e a simbiose entre o poder eclesial e laico.

A relação entre os modos de produção e a educação nas sociedades antiga e medieval era demarcada por um *apartheid* entre aqueles que eram cidadãos e os que eram servos e escravos. O poder era supostamente predestinado e o cultivo do conhecimento era privilégio da classe dirigente.

O modo de produção capitalista surge mediante a contestação dos modos de produção precedentes e das formas correspondentes de regulação social. Centra-se sobre um ideário de igualdade, liberdade, valores laicos e no desenvolvimento da ciência positivista. Traz em seu bojo, portanto, uma positividade e dimensão civilizatória, mas, por permanecer como um modo de produção classista que mantém a humanidade cindida, herda a negatividade da exclusão e da desigualdade. Capital e trabalho configuram as novas classes fundamentais. O capital condensa em si, de forma crescente, os meios e instrumentos de produção, hoje mormente a ciência e a tecnologia. A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender. Hoje cada vez mais precarizada e com um número crescente de sobrantes, pois o sistema produtivo substitui braços e conhecimento dos trabalhadores por máquinas automáticas. A literatura que trata das formas históricas de subordinação do trabalho ao capital (taylorismo, fordismo, pós-fordismo ou produção flexível) e das lutas da classe trabalhadora, é abundante².

Os valores, idéias, teorias, símbolos e instituições que sedimentam o novo modo de produção são de natureza diversa dos modos de produção pré-capitalista. O individualismo, o consumismo, os valores laicos, a experimentação as ciências positivistas deslocam as verdades reveladas. A liberdade do mercado assume um valor quase absoluto que subordina o

²Ver, entre outros textos: PALLOIX, C. (1982), CORIAT, B., (1979, 1988 e 1989); Bragton Labor Process (1991).

princípio de igualdade. A escola surge como o espaço por excelência de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes e valores, ideologias e teorias capazes de justificar o novo modo de produção.

No capitalismo nascente, a escola é um *ambiente de diferentes aprendizagens* sistemáticas: os valores, as atitudes, os símbolos e as concepções são traços tão importantes quanto o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades cognitivas. E sob a égide desta função clássica, de instituição cultural e social e de profunda aposta na ciência e na formação científica, que se estruturam os mais sólidos sistemas educacionais, particularmente europeus.

Mas pelo fato de o modo de produção capitalista perpetuar a existência de classes sociais, ao mesmo tempo em que a universalização da escola vai sendo efetivada, estruturam-se sistemas duais de ensino. A literatura é ampla e abundante na demonstração de que vai se estruturando uma escola para a formação das elites dirigentes de caráter geral, clássico e científico e uma escola mais restrita, profissionalizante, voltada para aqueles destinados ao mundo do trabalho industrial e produtivo. Em sociedades como a brasileira, esta dualidade também se evidencia historicamente com o agravante de que chegamos ao final do século XX sem conseguirmos a universalização da escola elementar. Mais de 60 milhões de brasileiros são analfabetos absolutos (nenhuma escolaridade) ou funcionais (dois anos de escolaridade).

2 - O trabalho humano como criador e alienador da vida e princípio educativo

O trabalho, em seu sentido de produção de bens úteis materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação com outros seres humanos. Mediante o trabalho, o homem transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades. Enquanto ele mesmo um ser da natureza, não pode prescindir, primeiramente, de reproduzir-se enquanto tal. Por isso, o trabalho produtor de bens materiais úteis é humanamente imprescindível ao ser humano desde sempre. Desgraçadamente, o trabalho criador de valores de uso imprescindível à reprodução da vida não tem sido assumido por todos. A história humana, infelizmente, até hoje, reitera a exploração de seres humanos por seres humanos e de classes sobre classes.

Para entender a dimensão criadora de vida do trabalho e as formas históricas que este tem assumido, é crucial responder não à pergunta genérica - o que é o ser humano? - mas como se produzem socialmente os seres humanos. Na compreensão histórica que temos do ser humano, este se caracteriza fundamentalmente por uma tripla dimensão: **é individualidade** -

Joana, Paula, João, Antônio, etc. -; **é natureza** - constituído e dependente de ar, água, comida, ferro, cálcio, vitaminas, sais etc.; e **é ser social** - produz a sua individualidade e natureza em relação com os demais seres humanos. Ou seja, a individualidade que somos e a natureza que desenvolvemos (nutridos, subnutridos, abrigados, sem teto, sem terra etc.) estão subordinadas a determinadas relações sociais que os seres humanos assumem historicamente ou delas resultam. (Gramsci, 1978 e From, 1979).

Diferente do animal, que vem programado por sua natureza e, por isso, não projeta ou modifica suas condições de vida, adaptando-se e respondendo instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela **ação consciente** do trabalho, sua própria existência (Lukács, 1972). É a partir desta elementar constatação que Marx destaca uma dupla centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso: criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, como decorrência desta compreensão, princípio educativo.

“O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (Marx, 1982:50)

Nesta concepção de trabalho, também está implícito o conceito ontológico de propriedade - intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, para poder manter a vida humana. Propriedade, no seu sentido ontológico, é o direito do ser humano, em relação e acordo solidário com os demais seres humanos, de apropriar-se - transformar, criar e recriar - mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, da natureza e dos bens que produz, para reproduzir a sua existência, primeiramente física e biológica, como também, cultural, social, estética, simbólica, afetiva.

Neste sentido, para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado às necessidades imperativas do ser humano enquanto um ser histórico-natural que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. É a partir da resposta a estas necessidades imperativas, que, por sua vez, tem uma relativa variação histórica, que o ser humano pode fruir do trabalho mais especificamente humano - trabalho criativo e livre ou trabalho não delimitado pelo reino da necessidade.

É neste contexto que podemos perceber a relevância da ciência e da tecnologia quando tomadas como valores de uso na tarefa de melhoria das condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre. Nesta

perspectiva, constituem-se em extensões dos sentidos e membros dos seres humanos. Desde o *tear, máquina a vapor, energia elétrica até as máquinas informatizadas*, a ciência e a tecnologia podem constituir-se em meios fantásticos de melhoria da vida humana. Sob as relações sociais capitalistas, veremos abaixo, constituem-se, para a maioria, numa força mutiladora: super exploração do trabalho e geradora de desemprego.

A segunda dimensão da centralidade – o princípio educativo do trabalho – deriva desta sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano, enquanto ser da natureza, necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer às suas necessidades vitais e socioculturais. Quando não se socializa este valor, a criança e o jovem tornam-se, no dizer do pensador Antônio Gramsci, uma espécie de "**mamíferos de luxo**" que acham natural viver do trabalho e da exploração dos outros. Não se trata aqui de defender a exploração capitalista do trabalho infante-juvenil. Este mutila e degrada a vida da infância e da juventude. Trata-se de educar a criança e o jovem para participar das tarefas da produção, cuidar da sua própria vida e da vida coletiva e partilhar de tarefas compatíveis com sua idade.

Mas o trabalho e a propriedade dos bens do mundo também são um direito, pois é por eles que os seres humanos podem criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida e, quando for o caso, dos filhos. Assim, a propriedade privada, que impede o acesso ou à produção dos bens para a produção da vida, é uma violência e algo humanamente insustentável. A distinção do trabalho, da propriedade e da tecnologia como valores de uso e de troca é fundamental para entendermos os desafios que se apresentam à humanidade nos dias atuais.

Desde o século XVIII, em quase todas as sociedades, o trabalho vem sendo regulado pelas relações sociais capitalistas. Trata-se de um modo de produção social da existência humana que foi se estruturando em contraposição ao modo de produção feudal, e que se caracteriza pela acumulação de capital mediante o surgimento da propriedade privada, dos meios e instrumentos de produção³. Para constituir-se, todavia, necessitava,

³É comum confundir como capitalista alguém que tenha apartamento próprio e/ou carro próprio e/ou alguma propriedade da qual tira a sua sobrevivência. Na verdade, na media que tem apenas valor de uso e de subsistência não pode ser entendida como propriedade capitalista. Propriedade, meios e instrumentos de produção capitalistas são aqueles cujo fim é a exploração de outrem para acumular mais riquezas e mais capital.

além do surgimento da propriedade privada, da abolição da escravidão, já que era fundamental dispor de trabalhadores duplamente livres: não proprietários de meios e instrumentos de produção e também não propriedade de senhores ou donos.

É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não-proprietários – trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso e de resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental se transforma em valor de troca com o fim de gerar mais lucro ou mais capital. Por isso que era preciso abolir a escravidão. Os trabalhadores, eles mesmos, tornam-se uma mercadoria. Uma mercadoria especialíssima, pois é a única capaz de incorporar um valor maior às demais mercadorias que ele coletivamente produz..

O trabalho assalariado passa ser a pedra de toque, o manancial de onde se torna possível a acumulação e a riqueza de poucos mediante a exploração e *alienação* do trabalhador. Mas, com a abolição da escravidão, que é em si algo positivo, a classe capitalista pode construir ideologicamente uma positividade ao trabalho explorado e um critério de julgamento moral. Pessoa confiável é aquela que não é *vadia*, que trabalha e que não fica à toa. A afirmação do trabalho como algo nobre e positivo é fundamental à nova ordem social capitalista. Trata-se de uma maneira de forçar o trabalhador a empregar-se e a submeter-se à exploração e alienação.

Alienar é uma palavra que vem do latim e significa *deter algo que pertence e a outrem*. A existência de proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e, de outro lado, de milhões de pessoas que apenas possuem sua força de trabalho para vender, produz uma situação que permite a exploração e superexploração dos trabalhadores. O trabalhador é alienado ou perde o controle sobre o produto de seu trabalho (que não lhe pertence) e do processo de produção. Transforma-se em mercadoria força de trabalho.

Este processo de *alienação* conduz a que o salário que o trabalhador recebe no fim do dia, da semana ou do mês represente apenas parte do tempo pago pelo que produziu de bens ou serviços; a outra parte fica com quem empregou o trabalhador. Parte do seu esforço, que tem como resultado mercadorias ou serviços, é, então, alienada. Ou seja, é apropriada pelo empregador. O que mascara esta exploração é a legalização da mesma pelo contrato de trabalho.

A ideologia dominante passa a idéia de que, ao assinar um contrato, o patrão e o trabalhador o fazem igualmente livres e nas mesmas condições. Na verdade, a situação de patrão comprador de força de trabalho e o trabalhador vendedor de sua força de trabalho configura uma relação de classe profundamente desigual. Neste sentido, o contrato de trabalho, sob o capitalismo, é uma legalização da desigualdade ou de uma exploração legalizada. O grau de exploração varia de país para país ou de região para região de acordo, fundamentalmente, com a organização dos trabalhadores que lutam por leis que lhes garantam direitos e com o maior ou menor número de trabalhadores que buscam trabalho. Em tempos de desemprego estrutural, como o que vivemos atualmente, aumenta também a exploração e a perda de direitos conquistados.⁴

3 - Os limites e as possibilidades do aprender e do ensinar sob as relações sociais capitalistas

O que expusemos acima nos conduz a perceber que os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras e constituintes da sociedade que vivemos. São práticas sociais não-neutras. Esses processos educativos podem, e têm feito, predominantemente, reforçar as relações sociais capitalistas que subordinam o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação. Esses processos educativos têm o mercado e o capital como medida de tudo, em função do privilégio de poucos. Mas a história vem mostrando que eles podem se constituir em instrumento de crítica a essas relações sociais e, também, promotores de uma nova sociedade que afirme o ser humano como *medida de todas as coisas* e os bens do mundo como bens de uso de todos os seres humanos.

Este parece ser o horizonte animador que assinalam os Fóruns Sociais Mundiais e o os Fóruns Mundiais de Educação, sendo que nesta última semana de janeiro (2003), estamos realizando o II Fórum Mundial de Educação e o terceiro Fórum Social Mundial. O grande lema destes fóruns é: **um outro mundo é possível**. Vale dizer que o capital não pode subordinar a ciência, a tecnologia, o trabalho e os processos educativos e constituir-se na medida da vida, visto que é o ser humano o centro e a medida de tudo. Trata-se de combater o ideário e valores neoliberais e de prosseguir lutando para construirmos sociedades fundadas nos valores e

⁴ Para um aprofundamento sobre o processo de trabalho no capitalismo, ver: BRUGTON LABOR. PROCESS GRUP (1991). Sobre as origens do capitalismo, ver: WOOD, E. M (2001). Sobre os sentidos do trabalho, ver: ANTUNES, R. (1999).

princípios da igualdade, da solidariedade e da generosidade humanas, colocando a ciência, a técnica e os processos educativos a serviço da dilatação da vida para todos os seres humanos.

Nesta perspectiva, o esforço como educadores é, ao mesmo tempo, de capacitar-nos para ajudar os educandos a ler criticamente a realidade, embrutecedora e mutiladora de vidas sob a sociedade capitalista, e de lutar por mudanças que não se constituam em reforço a essa sociedade, como as políticas compensatórias ou de filantropia no âmbito social, econômico e educacional e, sim, que apontem para novas relações sociais ou relações efetivamente socialistas. Distinguir umas de outras é tarefa política e ética imprescindível.

Os professores, enquanto educadores, têm um papel importante para evidenciar que os trabalhadores, por seu trabalho, produzem ciência e técnica, as quais têm a virtualidade efetiva de liberar tempo livre, de fruição, de arte, de humanização, mas, por sua apropriação privada pelo capital, voltam-se contra eles na forma de desemprego, de trabalho precarizado e de superexploração. Afirmar, por outro lado, como insiste Eric Hobsbawm (2000), que no século XXI teremos que criar capacidade política para democratizar os alimentos e os bens do mundo, já que as máquinas produzem em quantidade exponencial, sem essa capacidade política, a miséria e a barbárie aumentarão. Neste sentido, ao contrário da tese do *Estado mínimo*, que em verdade só é mínimo para os direitos sociais e subjetivos, o embate é na direção de maximizar a esfera pública estatal regulada por uma democracia de massa ou popular.

Em relação ao trabalho, a luta é afirmá-lo como valor de uso e, neste sentido, princípio educativo e criador. Aqui não há porque não estimular todas as crianças e jovens à colaboração solidária com tarefas de cuidado com a vida material, estética, artística e simbólica. Mas devemos, também, abominar a exploração do trabalho assalariado infanto-juvenil e lutar contra ela. A questão é: como tirar milhares de crianças e jovens do trabalho explorado se aí estão, não por sua escolha ou de seus genitores (aqueles que os têm reconhecido), mas por necessidade de sobrevivência? No Brasil, de acordo com Pochmann (1998), são 2,9 milhões de crianças entre 10 e 14 anos, que necessitam "*abandonar a escola para buscar alguma forma de sobrevivência através do trabalho*". Proibir o trabalho infantil simplesmente não resolve, pode até piorar sua vida e de sua família. É necessário, também, garantir, como direito básico, emprego ou trabalho e renda dignos aos adultos.

A relação entre educação básica e mundo da produção, na perspectiva aqui sustentada, não é imediata, mas mediata. A luta é assegurar o direito à infância e adolescência não vinculadas ao ideário interesseiro do

mercado de trabalho. Aqui, novamente, cabe uma crítica sem tréguas ao projeto pedagógico dominante, que veicula a educação básica ao mercado e à pedagogia do capital - pedagogia das competências e da empregabilidade.⁵ Trata-se da pedagogia que visa formar o cidadão mínimo fácil de manipular e de explorar.

Cabe, ao contrário, afirmar-se uma concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na idéia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica, formadora de sujeitos autônomos e protagonistas da emancipação humana. No plano dos processos pedagógicos, o ensinar e o aprender tem que ter como ponto de partida e de chegada a vida real dos próprios educandos.

Isso, de imediato, nos indica que a melhor preparação para a vida, para a cidadania ativa, para a democracia e para o direito ao trabalho moderno, é uma educação básica não produtivista e pragmática. Isso significa que é uma postura duplamente equivocada atrelar a escola básica (fundamental e média) ao imediatismo do mercado de trabalho e à ideologia das competências para a famigerada “empregabilidade” ou “laborabilidade”. Trata-se de noções ideológicas que não engendram densidade histórica. Primeiramente, porque, se é básica, refere-se a todas as dimensões da vida humana e não unidimensionalmente ao mercado. Em segundo lugar, porque a relação do conhecimento básico com o mundo da produção é mediatizado pelas relações sociais.

Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Bomtempo. 1999.
- BOFF, L. Planeta Terra. Ecologia e ética. In: Arruda, M. & Boff, L. *Globalização: Desafios sócio-econômicos, éticos e educativos*. Petrópolis/RJ, 2000.
- BRUGYON LABOR. PROCESS GRUP. *O processo de trabalho capitalista*. In: SILVA, T.T.D. (org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. P.Alegre. Artes Médicas. 1991.
- CORIAT, B. Automação programável, novas formas e conceitos de produção. In: SCHMITZ, H. & CARVALHO, R. Q. (orgs.). *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. S. Paulo. 1988.

⁵ Ver a esse respeito RAMOS, M. (2001) e FRIGOTTO, G. (2002).

- CORIAT, B. *L'atelier et le chronomètre: essai sur le taylorisme, le fordisme et la production de masse*. Paris. Cristian Bourgois Editeur. 1979.
- CORIAT, B. *A revolução dos robôs: o impacto sócio-econômico da automação*. S. Paulo. Busca e vida. 1989.
- FRIGOTTO, G. Educação e construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do mercado. In: FÁVEO, O. e SEMERARO, G. *Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro*. Petrópolis., Vozes, 2002. p.53-67.
- FROM, E. *O conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- GRAMSCI, A. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HOBSBAWM, E. *O Novo século*. São Paulo. Cia das Letras, 2002.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social*. IV Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.
- MARX, K.. *O capital*. 7ª edição, São Paulo, Difel, 1982.
- PALLOIX. C.. O processo de trabalho capitalista - do fordismo ao neofordismo. In: *Processo de trabalho e estratégia de classe*. RJ. Zahar, 1982.
- POCHMANN, M. *O país dos sem carteira*. Brasil. resenha da Internet, 19.06.1998.
- RAMOS. M. N. *A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?* São Paulo, Cortez., 2001.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Gaudêncio Frigotto é Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e Doutor em Educação pela PUC /SP. Professor titular na área de Economia Política da Educação na Faculdade de Educação da UFF/RJ. Membro representante do Brasil no Conselho Diretivo do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.). Autor de vários livros e dezenas de artigos. As últimas obras relacionadas ao tema são: Educação e Crise do Capitalismo Real. (SP. Editora Cortes, 2002, 5ª edição). Educação e Crise do Trabalho Perspectiva de Final de Século. (Petrópolis, Vozes, 2002, 6ª edição.)

E-mail: gfrigotto@globo.com

Artigo recebido em maio/2003